

Ora, será que não é preciso derrubar a "ordem" existente aqui para realizar esse ideal internacionalista, esta Republica universal? Será derrubada, essa "ordem", por uma lei natural:

"Um Estado como a Alemanha bismarquiiana e prussiana", diz ele no curso da segunda audiencia, "está, desde sua origem, votada à necessidade fatal de uma destruição violenta. A sorte do Império francês, do qual é uma cópia servil, denuncia-lhe o futuro. Nascido no campo de batalha, filho de um golpe de Estado, da guerra e da revolução de cupula, está destinado a declinar sem tregua, de golpe de Estado em golpe de Estado, de guerra em guerra, e a cair em pedaços no campo de batalha e a ser vencido pela revolução de baixo".

"Esta é a lei da natureza".

Na decima quarta audiencia, o tribunal entrava a tal ponto a defesa, que Liebknecht, fatigado, declara que se absterá, daí em diante, de falar. Mas, nem ele nem Bebel tinham dito tudo. E são as palavras da defesa, que eles tinham a dizer, as que foram publicadas depois do processo.

Eis alguns extratos dessas defesas "recolhidas" — (*Ungehaltene Rede*):

"Wilhelm Liebknecht. — "Aonde se espera chegar com processos como estes pela sistematica perseguição de nosso Partido? Confirmam nossa convicção de que temos razão. Não seríamos perseguidos se não fossemos temidos. E por que, perguntamos ao nosso adversario, por que nos temeis? Não temos dinheiro, não temos soldados; faltam-nos todos os meios da força exterior. E, se tivéssemos dinheiro por milhões, ainda poderíeis opor-lhe os vossos bilhões, e, se tivéssemos uma centena de milhares de soldados treinados, poderíeis opor-lhes milhões de soldados. Então, por que nos temeis? Que é que, em nós, vos faz medo? Nada temos além dos nossos principios, de nossas idéias, e são as nossas idéias que temeis, porque não tendes idéias que lhes opor, e é esta a razão por que nos quereis exterminar pela força brutal. Até agora, nunca se guilhotinou ou fuzilou uma idéia, Senhores jurados, e vosso temor é, sem que tenhais consciencia disso, uma confissão involuntária dessa verdade.

.....

“Mas um veredito em nada mudará as nossas convicções. Enviái-nos por anos a uma masmorra e, no dia em que dela sairmos, tereis que nos condenar de novo, porque, então, seremos tão culpados quanto hoje. Podeis meter nossas pessoas na cadeia, mas não o socialismo. Ele está acima de vós, como está acima de nós!”

August Bebel: “Acabamos de empregar vinte e dois meses de repouso forçado para fazer e completar o que a luta continua e a atividade exgotante, que tivemos no estado de “liberdade”, não nos permitiram fazer. O cativeiro foi para nós um tempo de recolhimento e de recomposição de nossas forças. Temos necessidade dele para levar avante, com novo impeto e armas aguçadas, nosso objetivo: a libertação da humanidade dos laços da ignorancia, da opressão e da exploração”.

ROSA LUXEMBURGO EM FRANCFORT

Foi Rosa Luxemburgo quem, com Karl Liebknecht, retomou e brandiu a flama por conta de sua geração, geração de entre duas guerras.

Alguns meses antes do grande choque que ia dizimar a Europa, em novembro de 1913, Rosa, falando aos operários de Franfort, lhes dissera:

— “Se nos pedirem para pegarmos em armas contra nossos irmãos franceses, ou contra nossos irmãos dos outros países, declaramos: não e não, não faremos isso!”

Escandalo. Campanha da imprensa nacionalista. Alta traição. Propaganda “subversiva”. Processo. Rosa retruca ao procurador:

— “Senhor procurador, nós, socialistas, não fazemos propaganda “subversiva”. A que vem isso de propaganda subversiva? Preguei eu, porventura, aos operários, que tinham vindo ouvir-me, o orgulho nacional, o chovinismo, o ódio das outras raças e dos outros povos? Isso é que teria sido propaganda subversiva. Mas não foi assim que falei e não é assim que fala um socialista consciente. O que fiz, nessas reuniões de Franfort, e o que todo socialista se esforça sempre por fazer, pela palavra

escrita ou falada, foi esclarecer os espiritos, tornar as massas trabalhadoras conscientes de seus deveres de classes e de seus deveres históricos, mostrar-lhes as grandes linhas da evolução, as tendências das transformações economicas, politicas e sociais, que se esboçam em nossa sociedade atual e conduzem, por uma lei de bronze, a que essa ordem social atual, chegada a certo grau de desenvolvimento, seja destruida e ceda o lugar a uma ordem superior, a ordem socialista. E' desta maneira que fazemos propaganda, é assim que elevamos o nivel moral das massas, abrindo-lhes vastas perspectivas históricas. E' partindo dos mesmos pontos de vista, pois, para nós, socialistas, tudo se vem fundindo numa concepção harmoniosa e cientificamente baseada, que movemos nossa propaganda contra a guerra e contra o militarismo. E, se o senhor procurador concebe toda nossa propaganda como "subversiva", essa asserção grosseira e rudimentar deve-se unicamente ao fato do senhor procurador não ser capaz de pensar de acordo com os metodos socialistas".

O procurador dera a entender que Rosa, para se furtar à pena que lhe ia ser infligida, poderia muito bem fugir. Mas Rosa replica :

— "Senhor procurador, é indigno de mim responder a todos os vossos ataques; mas ainda há uma coisa que vos tenho a dizer: Ignorais o que é a social-democracia. (Nisto, o presidente interrompe e diz: "não queremos ouvir discurso político"). Em 1913, para citar só este ano, numerosos foram dentre vossos colegas os que deixaram correr suor do rosto para infligir sessenta meses de prisão a meus camaradas da imprensa socialista. Será que o senhor já ouviu dizer que um só desses pecadores tenha fugido para escapar ao castigo? Crêdes que essa acumulação de penas tenha agido ainda que sobre um só deles, de modo a perturbá-lo em suas convicções ou no senso que tem do seu dever de classe? Certamente que não! Nossa obra ri-se das armadilhas que vossos artigos e paragrafos constroem. Ela cresce e prospera apesar de todos os procuradores. Para terminar, ainda uma palavra sobre a inqualificavel acusação que recae sobre aquele que a formulou. O procurador disse textualmente — eu tomei nota — que pedia meu imediato encarceramento, porque,

disse ele, “será incompreensível que a acusada não fuja”. “Isso quer dizer, por outras palavras, isto: se eu, o procurador, tivesse que cumprir um ano de cadeia, fugiria. Mas um socialista não foge. Responde por seus atos e ri-se de vossas punições! E, agora, condenai-me!”.

Rosa Luxemburgo foi condenada a um ano de prisão. Quando, porém, cumpriu a pena, durante a guerra, o governo não a pôs em liberdade. Contentou-se com mudá-la de prisão. Permaneceu encarcerada até novembro de 1918. A revolução é que a libertou. Sabe-se como a Louise Michel alemã, em janeiro de 1919, foi assassinada com seu irmão de combate e de heroísmo, Karl Liebknecht.

KARL LIEBKNECHT EM BERLIM

Karl, filho de Guilherme, é que renovou a tradição, por duas vezes, de seu ilustre pai: em 1914, a de 1871; em 1918, a de 1848. Isso, porém, acrescentando a de Lênin, seu pai espiritual.

Foi Karl quem, sózinho, no Reichstag histórico de dezembro de 1914, se levantou contra o voto dos créditos de guerra. Mobilizado, recusa-se a pegar em armas. Enviam-no para o *front* para fazer trabalhos de terraplenagem.

A 1.º de maio de 1916, ei-lo de licença em Berlim. Às 8 horas da noite, na Potsdamer Platz, distribue um boletim gritando: “Abaixo a guerra! Abaixo o governo!” Chega a polícia para espancá-lo, para prendê-lo. Acusam-no de alta-traição para com a pátria (tal como seu pai outrora fôra acusado).

De sua prisão, dirige ao tribunal da Kommandatur berlinense duas petições:

“A guerra atual”, escreve na primeira, datada de 3 de maio, “não é uma guerra de defesa nacional ou de libertação dos povos oprimidos ou de luta pelo bem estar das massas. Do ponto de vista do proletariado, não passa do apogeu da opressão política, do vampirismo econômico, da carnificina das classes operárias, em proveito do capitalismo e do absolutismo. A tal crime, só uma resposta pode ser dada pela classe operaria de to-

dos os países: a luta internacional contra os governos capitalistas e as classes dominantes de todos os países, para liquidar essa opressão e essa exploração, para pôr fim à guerra por meio de uma paz concluída dentro do espírito socialista”.

Na segunda petição, datada de 8 de maio, escreve:

“Nos documentos do processo, que se intenta contra mim, encontro a seguinte expressão: “traição para com a pátria”. Ora, para o socialista internacional, esta expressão é perfeitamente absurda. O socialismo não conhece potencia inimiga a quem possa favorecer. Sua atitude para com qualquer governo capitalista, sem embargo de qual seja ele, é revolucionária, pelo mesmo motivo que para com seu próprio governo. Não se trata de “favorecer uma potencia estrangeira”, mas, “por uma ação recíproca internacional com as forças socialistas dos outros países, trabalhar pela destruição das potencias imperialistas”. Eis a que deve tender, por definição, todo socialista. Combate em nome do proletariado internacional, contra o capitalismo internacional. Ataca-o onde o encontra e onde pode atacá-lo, de maneira eficaz, isto é, em seu próprio país. É em seu próprio país que combate, em nome do proletariado internacional, seu próprio governo e as classes dominantes, na medida em que representam o capitalismo internacional”.

A 3 de junho, perante o tribunal, dá-se conhecimento a Karl da ata de acusação. É, então, que ele acusa, por sua vez... Em sua admirável resposta, desmascara os verdadeiros traidores da pátria.

— “... Não tenho de que me defender, diz. “Afirmo aqui, sem restrição, minha fé no socialismo internacional, minha fé na política que pratiquei, publicamente, perante todo o país, de há anos a esta parte; sustento cada sílaba do boletim que distribuí na Potsdamer Platz. Repito, com todas as minhas forças, o grito que lancei: “*Abaixo o governo! Abaixo a guerra!*” Sublinho cada palavra de minha petição enviada ao Kommandatur a 3 de maio, cada palavra que pronunciei no Parlamento sob as vaias de ódio de meus adversários. Não tenho de que me defender. Mas, uma vez que se trata de traição para com

a patria, direi o que penso sobre isso. A traição para com a patria foi, em todos os tempos, privilegio das classes dirigentes, dos príncipes, dos aristocratas: está em suas tradições. Os verdadeiros traidores da patria não estão hoje sentados no banco dos réus. Estão sentados por detrás dos caixas da industria pesada, por detrás dos caixas dos fornecedores de munições, nos grandes bancos, nas propriedades rurais dos *junkers*. São vistos na Wilhelmstrasse, na alameda das Tilias, nos palacios dos ministros e dos príncipes, nos castelos e nos tronos”.

E acrescenta:

— “Os verdadeiros traidores da patria são, na Alemanha, os membros responsaveis e irresponsaveis do governo... Esses caçadores de espolios, politicos e capitalistas, esses jogadores de bolsa, esses agiotas e esses financistas de toda sorte que, em troca de vis vantagens, puseram em cena a guerra com uma leviandade que ultrapassa em criminalidade a de todos os que, até agora, foram promotores de guerra. Estes são os que lançaram a humanidade num caos de violencia barbara, que transformam a Europa num monte de escombros, envolvendo-a numa atmosfera de mentira e de hipocrisia, em que se cega e sufoca a verdade. São os que continuam e continuarão essa ação infernal até que as massas feridas e escravizadas cruzem os braços. Os verdadeiros traidores da patria são esses de que falei em minha petição de 3 de maio, esses que, no final do meu boletim, aponto como os verdadeiros inimigos do proletariado alemão, aqueles sobre quem pesa a terrivel e sangrenta culpabilidade da guerra, e que quizeram transformar o suor, a miseria, o descalabro e a propria substancia de um povo em ouro e em meios de poder; são aqueles que, tendo interesse na propria guerra e em seus fins imperialistas, esconderam sua avidez e sua necessidade de domínio sob um barulhento zelo patriótico; são aqueles que não podem tolerar ver um povo livre, mesmo noutros países; que se decidiram a lesar o povo alemão, ainda hoje, em suas esperanças de libertação; e que têm tão poucos escrúpulos que podem descrever esta guerra como uma guerra de libertação. Se ainda não chegou, para eles, a hora de prestar contas, é porque a massa do povo ainda é, hoje, vítima de suas

manobras, tendentes a criar a confusão e porque, ainda hoje, o povo não sabe a verdade”.

No dia 28 de junho é que começam os debates. Apesar dos protestos de Karl, ordena-se que o mesmo seja feito a portas fechadas. Ao requisitorio, retruca com as declarações seguintes:

— “Ora! Continuai, não tenhais cerimonia! Prossegui até ao fim a nova ação gloriosa do militarismo alemão, que quer conquistar o mundo e cuja má consciencia precipita num terror panico o seu proprio povo! E’ precisamente o caso de um governo blefador que, ao mesmo tempo que se empenha pela popularidade, encarcera a liberdade, trata a verdade como contrabando e vende a mentira pelas ruas. E’ claro que o temor experimentado pela accusação ante o perigo que corre nosso governo capitalista, o temor de que nasceu todo esse processo, tem bastante fundamento. Mas é nele que deposito toda minha esperança”.

Condenado aos trabalhos forçados, Liebknecht apela. Comparece perante a Córte a 23 de agosto de 1916. Não perde essa ocasião de expôr seu programa e seus objetivos de guerra:

— “O objetivo da guerra que movo é que todos os Estados imperialistas, seus governos e suas classes dirigentes sejam vencidos, vencidos pela massa de seus proprios povos. E’ na realização desse designio que vejo a unica possibilidade de estabelecer-se uma paz duradoura que possa vir em beneficio das grandes massas populares de todos os países”.

O procurador pede contra êle uma condenação a seis e meio anos de trabalhos forçados e a dez de privação de seus direitos cívicos.

Nova contra-ofensiva de Karl, que brada:

— “Trabalhos forçados! Perda dos direitos cívicos! Seja! Vossa honra não é minha honra! Mas eu vos digo: nunca houve general que tenha podido usar seu uniforme com mais honra do que eu usarei o meu uniforme de forçado! Estou aqui para acusar, não para me defender!... Abaixo a guerra! Abaixo o governo!”

O procurador perde a calma e não pode dominar a cólera. Ousa invocar contra o herói popular o julgamento que o “povo”

lhe faria. E', então, que Liebknecht, pegando a palavra, lhe lança o desafio que, por cima de sua cabeça, além do tribunal e de suas portas fechadas, vai ressoar lá fora como um apelo ao povo:

— “Não, mas compreendi! O procurador descreve-me como um homem sem honra; pede para mim seis anos e alguns meses de trabalhos forçados e dez anos de privação dos meus direitos cívicos. Digo algumas palavras para criticar seu requisitorio e é ele quem cae em crise. Fala em “povo” contra mim. Ousai, então, fazer apelo ao povo, não apenas em palavra, não por detrás das portas de um tribunal dez vezes aferrolhado e que vos esconde do povo! Tirai, pois, ao povo as cadeias e os garrotes do estado de sitio! Reuni-o, a esse povo, aqui ou em qualquer outra parte. Reuni os soldados no campo de batalha ou onde quiserdes. E fazei-me comparecer perante essa assembléia, perante esse tribunal. De um lado, todos vós, o tribunal, o procurador geral e tambem esses senhores do estado maior, do ministerio da Guerra e do *bureau* da imprensa e quem mais quiserdes ainda por cima! Do outro, eu, só eu, ou um de meus amigos. De que lado estará a massa do povo, uma vez que o veu da mentira seja arrancado de seus olhos? Do vosso lado ou do meu? Não tenho dúvidas, quanto à resposta! Abaixo o governo! Abaixo a guerra!”

Não será em vão, Karl, que te dirigiste ao povo. Serás encarcerado por dois anos; mas esse povo em que tu crês e que, tambem êle, crê em ti, e, por ti, em sua causa, é o povo que, dois anos depois, virá libertar-te, como virá libertar Rosa.

Serão as jornadas revolucionárias de novembro de 1918, depois, em vista da traição social-democrata, os esforços heróicos desse grupo Spartakus de que serás o chefe.

Em janeiro de 1919, esmagada a insurreição berlinense, Karl e Rosa, sereis abatidos pelos inimigos do povo e pelos que o traem.

Mas não mais será em vão que, a cada ano, todos os proletariados do universo celebrarão piedosamente vossa memória: sereis dois desses “tres L”, o terceiro dos quais será Lénin, que os trabalhadores associarão num amor comum,

Será, certamente, martirizado esse nobre povo da Alemanha do qual sois os melhores campeões, do qual por tão pouco não ereis os libertadores, como ele tinha sido o vosso. Ainda sereis, certamente, por muito tempo, supliciados na carne de vossa posteridade politica, dos Thaelmann, dos Klaus, dos Fiete Schultze, dos Edgar André e de seus milhares de emulos.

Mas, quando "o veu da mentira fôr arrancado de seus olhos", quando êle souber unir-se contra os que o espancam, de que lado estará êsse povo?

Fostes vós que, em primeiro lugar, vistes claro: e é porque, então, êle vos terá compreendido, porque, então, êle estará do lado bom, do vosso, que libertará vossos filhos e se libertará a si mesmo.

ANDRE' MARTY

5

Poucas são, dentre as figuras contemporaneas, tão populares, poucos são os heróis revolucionarios mais odiados, mais caluniados pelas oligarquias do capital.

Quem não conhece o legendário marinheiro do Mar Negro, o homem que, estendendo a mão de filho de comunardo aos trabalhadores bolcheviques atacados, incarnou a fraternização do exercito com a classe operaria, estabeleceu, com o risco de sua vida, um laço vivo entre as duas Comunas, a Comuna francesa de março e a Comuna sovietica de outubro? Não é esta a oportunidade de rememorar a epopéia da revolta. A intervenção ofensiva dos exércitos aliados, da esquadra francesa no Mar Negro, sem nenhum pretexto, nem declaração de guerra. O bombardeio e os massacres de Kherson e Odessa. Graças à resistencia militar e ao trabalho dos bolcheviques, as unidades da infantaria e da esquadra francesa, uma após outra, fraternizaram com êles. O mecanico principal do torpedeiro *Le Protet*, André Marty, foi a alma do motim naval. O resto sabe-se: a evacuação de Sebastopol, a entrada das tropas vermelhas, a partida precipitada da esquadra, as promessas não cumpridas dos officiais, depois, após o panico, uma vez esses senhores em lugar seguro, as represalias dos conselhos de guerra...

Marty, denunciado, fôra preso a 16 de abril de 1919, transferido para terra, depois encarcerado a bordo do cruzador *Waldeck-Rousseau*, cuja equipagem se revoltaria três dias mais tarde, depois embarcando no *Protet* ameaçado de morte e transportado para Constantinopla.

Marty, animador, mas também historiador da revolta, relatou as respostas dos amotinados da engenharia, julgados a 10 de julho:

“Como o presidente reprovasse o sapador Lesueur (que foi condenado à morte, depois encarcerado na casa central de Nîmes até janeiro de 1925, uma vez que sua pena fôra comutada) sua simpatia pelos bolcheviques, “eu também, respondeu Lesueur, “sou um operário como eles; vejo e ajo de acordo com minhas opiniões (132)”. Outro, Terion, também foi corajoso; era acusado de ter declarado a um tenente que os soldados estavam cansados de ser arrastados como carneiros e não tardaria a que se trocassem os papéis:

— “Nada renego, replicou ao presidente, do que disse. Aceito antecipadamente vosso veredito, porque não tendes competência para discutir esse assunto e é perder tempo querer assegurar a defesa. Pediram voluntários no exercito do Danubio para a Russia. Ninguém se apresentou. Fomos enviados para lá à força. Em vista da tarefa abjeta que nos faziam cumprir, era natural que sacudissemos o jugo que nos oprimia e expussemos perante todo o mundo a ignominia de nossos dirigentes. Fraternalizamos, e, se tivéssemos sabido da trapaça de vossas promessas, teríamos ficado lá com as armas e as bagagens que aí estão (133)”.

Quanto ao proprio Marty, era levado a 11 de junho perante o conselho de guerra reunido a bordo do *Paris*, na baía de Constantinopla, acusado de ter mantido ligações com o “inimigo” e de “ter formado um *complot* visando apossar-se à força do torpedeiro *Protet* e passar-se para o inimigo entregando-lhe o barco (134)”.

Seu defensor, que se lhe tinha apresentado como advogado na Córte de Apelação de Paris, cedo se revelou um verdadeiro

(132) André Marty: *A revolta do mar Negro*, p. 369. Nova edição, B. E., 1932.

(133) *Idem*, ps. 369-370.

(134) *Idem*, p. 383.

inimigo. Chegou a pedir o exame mental de seu "cliente"! E' claro, o laudo médico concluiu pela responsabilidade plena e inteira de Marty, responsabilidade que Marty reivindicava alto e bom som.

A 4 de julho, em sessão pública, apesar das interrupções do presidente, Marty falou pela segunda vez durante duas horas. Infelizmente, não temos o texto dessa declaração pela qual se solidarizou com todos os marinheiros e soldados acusados de se terem recusado a combater a Revolução, e legitimou sua revolta histórica.

As unicas palavras que seu singular defensor, que nem mesmo siquer o fôra visitar, se achou no dever de dirigir-lhe foram as seguintes: "Não esqueça que está jogando a cabeça!"

Absolvido da imputação de entendimento com o inimigo, Marty foi condenado a cinco anos, por incitação dos marinheiros à deserção e por *complot* contra a autoridade do comandante, a vinte anos de trabalhos forçados, à degradação militar e a vinte anos de interdição de residencia.

Algemado, transferido para Toulon, Marty é arrastado de prisão em prisão, e só verá abrirem-se-lhe as portas da central de Clairvaux, em 1923, graças à ação libertadora do proletariado, que o elegerá quarenta e duas vezes.

Em setembro de 1925, em consequencia de um artigo sobre os escândalos da Maritime de Toulon, o governo radical ainda o faz condenar por sua atividade contra a guerra do Marrocos, não obstante, desde 1924, os eleitores do Seine-et-Oise o terem escolhido para deputado.

Sua ação contra a guerra, sua ação em favor da revolução chinesa e dos soldados e marinheiros, valem-lhe novas condenações. Em 1927, estava detido na prisão da Santé, quando foi publicada, a 23 de agosto, num semanario inglês, *The Referee*, uma entrevista do marechal Foch. O marechal afirmava nela que, se, em fevereiro de 1929, o tivessem escutado, ter-se-iam fornecido munições e materiais de guerra aos Estados vizinhos da Russia Sovietica e, assim, se teria acabado, de uma vez por todas, "com a ameaça bolchevique". Mas, acrescentava, "os acontecimentos que se seguiram mostraram quanto eu

tinha razão": era um apelo direto para uma nova cruzada contra a U R S S.

Marty, que jogara a vida e a liberdade na gloriosa revolta que pusera fim à primeira dessas cruzadas, reagiu a essa provocação, escrevendo, de sua cela, ao marechal, pedindo-lhe que tivesse pudor. Sua carta severa termina assim: "e no dia em que quiserdes recomeçar o crime de 1919, faremos tudo, com o apoio integral do nosso Partido Comunista, para que, dessa vez, os soldados e os marinheiros não se contentem com recusar-se a marchar, e ponham suas armas ao serviço dos operários e dos camponeses, afim de abater, pela revolução social, vosso regime capitalista de guerra, de lama e de sangue".

Foi a 26 de agosto de 1927 que a carta foi publicada pelo *Humanité*: a 25 de agosto, três dias depois da pujante manifestação do proletariado parisiense, em honra de Sacco e Vanzetti.

No dia seguinte, era aberto novo inquerito e Marty privado do tratamento político, trancado numa masmorra. Marty, apoiado pelos trabalhadores, exigia sua volta ao setor político e o obtinha.

Entrementes, o ministério, afobado, negara autenticidade à entrevista do marechal. Tentava-se abafar a questão. Sobre tudo, nada de tribunais. Nada de testemunhas oficiais. A aplicação silenciosa das "leis celeradas" entre as quatro paredes discretas de uma camara correcional.

A 7 de dezembro de 1928 é que Marty, encarcerado desde o mês de janeiro, comparece perante a decima-segunda Camara sob a acusação ritual de ter incitado militares à desobediência "com o fito de propaganda anarquista".

A autenticidade da entrevista é confirmada, sem desmentido possível, pelo redator do jornal londrino que a publicara. Depois dos depoimentos de Marcel Cachin, de um soldado e de dois marinheiros do Mar Negro, dá-se a palavra a Marty, que não hesita em contra-atacar: a entrevista era verdadeira, isso era o essencial e, portanto, o governo é que mentira. O marechal falara do passado com vistas ao futuro. "Eu também", diz Marty, renovando a senha e o grito de esperança dos sublevados:

— “Em minha carta, o ponto no qual não insisti bastante, nessa evocação do passado, foi a esperança imensa que nos enchia o peito quando nos amotinávamos, quando víamos os camaradas tombarem, uns fuzilados pelas costas, outros atirados à prisão; a esperança de que, quando chegassemos à França, senhores dos nossos barcos, a revolução estalasse para ajudar a Revolução russa... O marechal Foch dissera: “destruirei o proletariado russo”. Respondi-lhe: “Bem, Senhor marechal, aceitamos a luta e, no dia em que quiserdes recomeçar, o proletariado francês recomeçará. Era perfeitamente claro”.

Era difícil, com efeito, formular mais claramente, perante a opinião das massas, a questão da guerra contra a U R S S e sua transformação em guerra civil.

— “Nunca, nem as prisões nem as forças armadas abafarão o movimento revolucionário do proletariado francês, que deu tantos exemplos no passado. Se, um dia, o marechal Foch, ou qualquer outro, se o imperialismo francês quisesse levar à prática suas ameaças, se quisesse tentar de novo afogar no sangue a Revolução russa, repetir, na Rússia e, em maior escala, o massacre da Comuna, nesse dia, Senhores Juizes, ainda que Marty estivesse em vossas prisões, a Revolução surgiria na França e abateríamos a sociedade capitalista”.

Quatro anos de prisão, tres mil francos de multa. Menos de tres meses depois, os trabalhadores de Putteaux respondiam à decima-segunda camara, fazendo de Marty seu deputado.

Não foi apenas perante os juizes que Marty sempre se comportou como bolchevique: ninguem melhor do que ele, nem com mais autoridade, mais tenacidade, soube enfrentar seus carcereiros.

Todos os que foram seus companheiros de cadeia, em Nîmes, na Santé, em Clairvaux, nas quatorze prisões por onde passou, foram, graças a ele, mais respeitados. Nunca Marty aceitou nenhum favor que fosse recusado a seus camaradas. Nunca cedeu no que concerne aos seus direitos e aos seus camaradas, que conhecia admiravelmente. Impôs-se por toda parte, em todas as prisões, junto a todos os diretores, como defen-

sor reconhecido, indiscutido, de todos os prisioneiros políticos e militares, os quais sabia agrupar num bloco indivisível.

Nunca se sentiu só entre as quatro paredes de sua cela: sua ação sabia associar não apenas seus co-detidos, mas as massas operarias, que o ouviam, o compreendiam, o apoiavam.

Os habitantes da aldeia de Clairvaux não esquecerão tão cedo o "jornal falado" do qual tomara a iniciativa e que, por um porta-voz, os mantinha a par dessa luta e da luta universal do proletariado. Quantas vezes, durante a estada de Marty, se ouviram os prisioneiros da Santé e de Clairvaux cantar sob sua direção a *Internacional!* Nenhum militante francês foi, ao mesmo tempo, mais caluniado e mais respeitado.

Herdeiro da tradição francesa dos Babeuf, dos Blanqui, dos Varlin, filho e continuador dos comunardos, discípulo dos bolcheviques, André Marty sempre soube mostrar às massas como se defende um militante revolucionario, como se comporta um chefe comunista em frente das forças inimigas que acreditam tê-lo preso nas mãos.



O PARTIDO COMUNISTA ITALIANO

Muitos militantes italianos também souberam mostrar como, nas condições mais difíceis da ditadura fascista, é possível, exgotados todos os recursos legais, fazer valer a grandeza e o futuro de sua causa, de sua classe, de seu Partido. À força de coragem e de habilidade, um Gramsci, um Terracini, um Li Causi, um Lo Sardo e tantos outros souberam lançar ao rosto dos juizes servis, do famosíssimo Tribunal Especial (135), verdades que os trabalhadores esmagados pela opressão ouviram e não esquecem.

Demos a palavra (136) a esses altivos porta-bandeiras que, ha tantos anos, tratados como refens, sucumbem e sofrem nas masmorras, nas ilhas, em que o regime, suprimindo-os discretamente, a fogo lento, supõe suprimir também o que eles exprimem.

A 4 de junho de 1928, em Milão, o Comitê Central do Partido Comunista Italiano é acusado de *complot* contra a segurança do Estado, de excitação à guerra civil, do ódio de classe, de apologia do crime e de propaganda subversiva.

(135) Foi desse tribunal inconstitucional, cujos poderes acabam de ser renovados por cinco anos, que o relatório oficial de uma comissão parlamentar não se pejou de dizer que “a rapidez e o rigor do seu processo dão-nos a mais firme garantia da equidade e rigor de suas decisões”!

(136) A mor parte das palavras de acusados citadas neste capítulo são tiradas de duas brochuras editadas em língua italiana, em Paris, em 1930: *Tre anni sul fronte del lavoro cospirativo e la lotta delle Gioventu proletaria contre il fascismo*. (Edizione della Federazione Giovanile Comunista d'Italia).

Eram 36. À frente deles, Antonio Gramsci e o advogado Humberto Terracini, diretor da *Unità*, que apresenta defesa coletiva, tudo é digno de ser citado nas replicas de Terracini, à acusação, ao tribunal. Sob uma forma habil e elastica, consegue dizer, apesar da vigilância hostil e das interrupções do presidente, o que deve ser dito.

— “O Senhor procurador publico afirma que os dirigentes do Partido são responsaveis pelos atos levados a cabo por seus aderentes. Não vos direi o que penso a respeito. Mas que me seja permitido lembrar uma sentença proferida por uma instancia muito mais alta do que esta...”

O presidente — Como, como...?

— “Um tribunal que, contrariamente ao vosso, é um tribunal constitucional”.

O presidente — Cuidado com o que dizeis...

— “Senhor presidente, não podeis estar de acordo comigo, uma vez que se trata da mais alta jurisdição do país, o Senado, constituído em alta cõrte de justiça. Ora, nessa sentença, diz-se que nenhum chefe de partido pode ser considerado como penalmente responsavel pelos atos cometidos pelos membros ou adeptos de seu partido, se sua culpabilidade não fôr concretamente provada. O tribunal certamente compreendeu: quero falar do processo aberto contra o general De Bono, acusado de cumplicidade no assassinio do deputado Matteotti, e absolvido por insuficiencia de provas. Ora, pergunto-vos: essa jurisprudência é valida para nós? O promotor sustentou implicitamente que não, e, pela parte que me toca, não tenho duvidas de qual seja a resposta do tribunal”.

Durante seis dias, tinham-se impedido os acusados de desenvolver à sua vontade, contra esse processo politico, uma defesa politica. Um sarcasmo de Terracini consegue mostrar porque:

— “Qual a significação politica do requisitorio? Nada mais que isto: o simples fato da existência do Partido Comunista basta, por si mesmo, para pôr em grave perigo o regime. Oh! como assim, esse Estado forte, esse Estado defendido, esse Estado totalitario, esse Estado super-armado. Há mais ainda: sente-se ameaçado não apenas em sua solidez, mas em sua propria segu-

rança e isso muito simplesmente porque, perante ele, se ergue esse pequeno Partido desprezado, ferido, perseguido, que viu os melhores dos seus militantes mortos ou aprisionados; esse pequeno Partido forçado a mergulhar na vida clandestina, afim de proteger suas ligações com a massa trabalhadora, com a qual e para a qual vive e luta. Que há, pois, de espantar se faço minhas, integralmente, essas conclusões do promotor público?"

Terracini não alimenta nenhuma ilusão quanto ao veredito (será sentenciado a 22 anos e nove meses de prisão) e, antecipadamente, assinala, com ferro em brasa, o caráter do mesmo;

— “Seremos condenados porque reconhecidos culpados de incitação ao ódio das classes e de atos de guerra civil. Ora! não haverá ninguém que, amanhã, lendo a lista pavorosa de nossas condenações, não compreenda que esse processo e o veredito que o vai encerrar sejam um episódio de guerra civil, uma poderosa excitação ao ódio entre as classes”.

E, uma vez que o presidente lhe corta a palavra, conclue com terrível ironia:

— “Mas isso não se pode dizer, não é? Quero, portanto, concluir com o pensamento mais alegre. Senhor presidente, Senhores juizes, estes debates terão constituído, na verdade, a comemoração mais característica e mais digna do 80.º aniversário da Constituição, comemoração que, ontem, lembrastes e deve ser relembrada solenemente nas ruas desta capital por salvas de artilharia e fanfarras”.

Foi no decorrer desse processo que o velho professor Fabrizio Maffi, apesar de sua idade e doença, teve a coragem de proclamar:

— “Se nunca pertenci ao Executivo do Partido é porque essa missão tão envaidecedora, que teria orgulho em aceitar, nunca me foi proposta”.

Abalado muito gravemente por seus 18 meses de detenção, Maffi foi absolvido e... enviado ao Confino.

Quanto a Gramsci, nosso querido Gramsci, filho de operários, do *Ordini Nuovo*, escritor, historiador, filósofo, marxista-leninista incomparável, fundador e dirigente do Partido, ao lado de Ercoli (Togliati, conforme se revelou, depois da derrota mi-

litar do fascismo — N.T.), e de Terracini, foi condenado a 20 anos e 4 meses de reclusão (137)!

Esse altivo lutador era devorado por um mal que a detenção tornaria mortal.

Podia recobrar a liberdade e, conseqüentemente, a vida, escrevendo a Mussolini:

“Propõem-me o suicídio, respondeu. “E eu não tenho a menor intenção de suicidar-me”.

Educador mesmo na prisão, animador, mesmo na agonia, estaria morto desde 1934 se a indignação nacional e internacional não tivessem conseguido — tarde demais, infelizmente! — obter sua transferencia para uma clinica, de onde apenas saiu em 1935 e só para morrer a fogo lento.

Foi sob a vigilância intrigante da policia que esse espirito tão luminoso, essa figura tão nobre, esse grande italiano, privado dos cuidados elementares de que carecia seu organismo desgastado pela luta, se extinguiu no ano passado. Perda irreparavel...

Alguns meses depois do processo de Milão, a 9 de novembro de 1928, segundo processo do centro diretor: compareciam 18 acusados.

Girolamo Li Causi, professor de economia politica em Veneza, redator do *Unità*, antes de ser condenado a 20 anos e 9 meses de prisão, reclamava corajosamente só para si a responsabilidade da impressão e distribuição clandestinas do jornal. Quanto à acusação, baseada em seu papel dirigente na Confederação Geral do Trabalho reconstituída, “é tão envaidecedora, afirmava ele, “para mim, essa acusação... Vós me condenareis porque tendes ordem de fazê-lo, porque sabeis que mostramos aos operarios e aos camponeses da Italia o caminho justo do combate que derrubará vosso regime...” Não pôde acabar: o presidente ordenou aos gendarmes que o reduzissem ao silencio.

Não foi esquecida a valentia dos militantes do Piemonte: foi um deles, Guido Sola, jovem operario tecelão de Biella, que, a 7 de novembro de 1927, antes de ser condenado a 23 anos e seis meses de prisão, soube declarar altivamente aos juizes:

(137) Uma anistia ulterior reduziu sua pena a 10 anos.

— “Nada tenho a dizer para minha defesa, porque não me sinto culpado. Isso de que me acusais não é uma vergonha aos meus olhos, mas antes uma razão de orgulho. Segundo vós, qual seria meu crime? Ter lutado, durante muitos anos, para defender os interesses dos operários, para a defesa da classe a que pertenco. Hoje, perante vós, reivindico essa atividade e tomo sobre mim a responsabilidade da luta que nós, operários de Biella, movemos contra o fascismo...”

Não se lhe permitiu que continuasse. Mas, no dia seguinte ao de sua condenação, recobriam as paredes das usinas numerosas inscrições: “Viva Sola! Viva o comunismo!”

Na prisão, há já 9 anos, com a saúde irremediavelmente comprometida, conserva intacta a fé na vingança de sua causa.

A 6 de abril de 1928, Giovanni Parodi, operário da Fiat, em Turim (um dos dirigentes da ocupação das usinas), antes de ser condenado a 21 anos e 6 meses de prisão, gritou:

— “E’ uma glória para mim ter participado do movimento de ocupação das usinas em 1920! Quanto à atividade comunista de que sou acusado, devo declarar que seria uma pena enorme, para mim, se vossa sentença a viesse diminuir”.

É, sem dúvida, o mesmo o heroísmo que inspirava I. o Sardo, esse advogado e deputado de Messina, quando, a 8 de março de 1928, no decorrer de um grande processo, que lhe valeria 8 anos de reclusão, depois de ter estigmatizado um de seus co-acusados, o renegado Albanese, fazia esta bela declaração:

— “Estamos orgulhosos de ter passado por este processo por nossa atividade comunista. Este processo mostra que os trabalhadores do sul estão, tanto quanto os trabalhadores do norte, na vanguarda do combate contra o fascismo”.

Ao presidente que o interrompe, retruca:

— “Que ao menos me seja permitido dizer que estou orgulhoso de estar nesta sala, como comunista, que estou orgulhoso de trazer perante este tribunal trinta anos de atividade política votada ao serviço dos trabalhadores da Italia meridional”.

E esse ativo siciliano de 60 anos de idade conclue por um desafio:

— “Sabeis que a Sicília está conosco, que não a tendes, que não a tereis nunca!”

Podem forçá-lo a calar-se: disse o que tinha a dizer!

Seria injusto esquecer Adele Bei, essa intrepida militante, filha e mulher de lenhadores, que foi condenada a 18 anos de reclusão. No decorrer do seu processo, eis como soube enfrentar seus juizes:

O Presidente — Por que voltastes à Itália? Que objetivos buscaveis?

— “Aqueles que todo membro do Partido comunista deve buscar: estar à frente dos trabalhadores em sua luta cotidiana”.

O Presidente — Não vos passou pela cabeça que, agindo assim, descuidaveis vossas obrigações maternas, uma vez que abandonastes vossos filhos?

— “Esforçando-me por ajudar a luta contra o fascismo, com minha experiencia de revolucionaria comunista, desempenhava, ao mesmo tempo, meu dever de mãe, porque meu Partido quer, pela revolução proletaria, tornar a existência mais facil para os trabalhadores, assegurar uma vida de felicidade para as crianças proletarias que, hoje, morrem de fome”.

Há já dez anos que o Tribunal Especial, composto de officiais da milicia, distribue a morte brutal ou a morte lenta a torto e a direito. Mais de 14 séculos e meio de prisão...

Mas as palavras de fogo de um Terracini, de um Lo Sardo, de uma Adele Bei, não são, nunca serão perdidas. Reacendem a coragem dos trabalhadores escravizados pelo fascismo, reanimam, no seio das massas miseraveis, cujos punhos se cerram debaixo da opressão, o fogo que lavra e, um dia, brilhará sobre a Italia popular, liberta.

O PROCESSO DE LEIPZIG

De todos esses grandes processos históricos, o mais importante, o mais atual, o mais rico de ensinamentos é, sem dúvida alguma, o processo de Leipzig; de todos esses exemplos de auto-defesa revolucionária, o exemplo de Dmitrov.

O processo de Leipzig opôs, ao mesmo tempo, dois mundos, dois sistemas, dois resultados.

Dois mundos: o proletariado libertador e a oligarquia terrorista. O anti-fascismo e o fascismo. A liberdade contra a escravidão. A paz contra a guerra. O futuro contra o passado.

Em fevereiro de 1933, Hitler e seus asseclas, levados ao poder, havia poucas semanas, ainda não se sentem seguros nele. O capital financeiro não é unanime em jogar neles, só neles, pelo menos, sem reserva nem desconfiança. Colocou ao seu lado homens que representam forças rivais, apetites concorrentes, das facções mais tradicionais; ainda não quisera tentar de uma só feita a grande virada, nem confiar a advocacia a esses demagogos, sem enquadrá-los com seus conservadores experimentados.

No outro campo, dividido e desarmado, no campo do proletariado, subsiste uma força ainda não silenciada, que não se curva, que enfrenta uma vanguarda heroica: o Partido de Thaelmann.

E' preciso primeiro e a qualquer preço abater essa força organizada, que constitue um perigo mortal — e o unico — para o regime.

E eis porque os dirigentes hitleristas e os grupos de interesses ativos, decisivos, de quem esses velhacos são mercena-

rios, recrutadores de massas, meditam desfechar um grande golpe.

As eleições gerais vão realizar-se dentro de alguns dias; darão milhões de votos ao comunismo; não ha tempo a perder.

E' preciso quebrar a classe operaria, exterminar seu exercito de choque, decapitar seu Partido.

Depois disso, é a hora de apresentar-se como os S. Jorges, vencedores do dragão marxista. Será a hora de impor-se, não apenas à burguesia alemã, mas a todas as burguesias do mundo, como chefes qualificados, indispensaveis, da guerra santa contra o comunismo. E será a hora de desembaraçar-se facilmente dos outros concorrentes, dos clans antagonistas.

A mitologia germanica e wagneriana faz morrerem os velhos deuses, incendiando seu Walhalla.

A mitologia nacional-socialista fará morrerem os velhos partidos e o culto parlamentar, incendiando o Reichstag.

É a culpa do incendio será lançada aos ombros do unico partido revolucionario. Far-se-á com que êle passe por sinal de uma insurreição comunista, a qual só uma ditadura totalitaria encontrará forças para fazer abortar.

Esse incendio será, de fato, um sinal, mas sinal do golpe de força hitlerista, do terror pardo, do saque. A hora H da Besta.

A 27 de fevereiro, pelas 9 horas da noite, o Reichstag está em chamas. O holandês Van der Lubbe é preso em flagrante delito: esse pobre juguete dos provocadores é batizado de comunista.

Sem tardança, desencadeia-se a caça ao homem. As prisões, as casernas, os campos de concentração vão povoar-se de refens entregues a torturas inominaveis.

A maquina de humilhar o homem, o mecanismo exterminador começa a funcionar.

Em vista disso, no campo heterogêneo em que se trava a luta pelo poder, as relações de forças modificam-se: o fascismo nacional-socialista vai deter todas as posições de comando.

O Partido Comunista Alemão, todavia, obstina-se em per-

manecer de pé. Apesar do terror e da impostura, cinco milhões de votos pronunciaram-se por ele; dez milhões de trabalhadores votam contra Hitler.

Prendem-se seus militantes. Apossam-se do seu chefe amado, Ernst Thaelmann, que é também apóstolo e símbolo vivo da unidade de ação operária.

Quanto ao incêndio, poderá tanto mais facilmente ser imputado aos comunistas quanto, na noite de 27 de fevereiro, um de seus eleitos, o deputado Torgler, foi visto entre os últimos que deixaram o Parlamento. Torgler, apesar da decisão contrária do Comitê Central do seu Partido, entrega-se à polícia para provar sua inocência. Vai ser armado um grande processo, que mostrará aos camponeses, aos pequenos burgueses, ao mundo inteiro, que os comunistas são incendiários, homens sem escrupulos. Já era tempo de que Hitler viesse...

Recorreu-se aos técnicos da polícia e do direito, a magistrados alemães, como o famoso juiz Vogt, para que cuidassem do processo, que *deve* ser o processo do Partido Comunista Alemão.

Eis, porém, que a providência nazi vai tornar possível ampliar ainda mais a operação.

Na bonita tarde de março, num restaurante, um *garçon* espião faz prender tres estrangeiros, tres bulgaros: conspiradores comunistas.

A legação bulgara esfrega as mãos: *bôa presa*. Excelente ocasião de desembaraçar a ditadura de Sofia de tres militantes perigosos, contra os quais se apressa em fornecer material acusador.

Um deles, sobretudo, é temível: é um velho combatente revolucionário, que nunca deixou de lutar. Dirigente dos sindicatos operários e do Partido Comunista Bulgaro, membro do Comitê Executivo da Internacional Comunista, inimigo terrível do fascismo, do terror branco instituído pelo rei Boris e pelo sinistro Tsankov.

Dmitrov! Um dos chefes da insurreição de setembro de 1923, condenado à morte por contumacia, como consequência

desse processo que se abria pouco depois do atentado provocador da catedral de Santa Nedelia. Coincidencia de data, equívoco oportuno para explorar.

Dmitrov é apresentado como um especialista em dinamite e em fogueira, um profissional da explosão e do incendio.

Em sua pessoa e graças a ele, não é mais o Partido Comunista Alemão, é a propria Internacional Comunista, é o comunismo universal que o hitlerismo poderá desonrar, derrubar, brandindo a cruz gamada, a cruz retorcida da nova cruzada!

Sabe-se como, por Dmitrov, a Internacional Comunista aceitou o desafio, como, em plena cidadela do mundo inimigo, durante um ano, mas, sobretudo, durante tres meses de debates publicos, perante o mundo, ela aceitou e moveu o combate; como venceu; como, em seu aço temperado, a besta parda, bêbeda de sangue, senhora do lugar e da hora, quebrou os dentes.

O heroismo e a força dialetica de um homem, de um velho lutador que é um homem novo, e, ao chamado de sua grande voz, a onda irresistivel das massas levou a melhor.

As consequencias dessa vitoria ainda são incalculaveis; o gigante de pés de barro vacilou, a base em que se apoiava restringiu-se. A noite sangrenta de 30 de junho traiu essa fraqueza antes mesmo que Dmitrov, liberto, o tenha proclamado na tribuna do VII Congresso da Internacional Comunista.

Os trabalhadores escravizados do III Reich, todo o povo alemão, todos os povos do mundo assistiram a essa primeira derrota do fascismo. Viram que o fascismo não é invencivel e que sua couraça tem falhas. Reconquistaram confiança em sua propria força.

Unidos, pela primeira vez, em tantos anos, para esse chamado heroico, experimentaram e conservaram a lição dessa unidade de ação libertadora.

Puderam, não apenas distinguir os bons dos maus chefes, mas a tatica justa da falsa, a estrada que conduz à vitoria, à liberdade, da que conduz à traição, à escravidão.

A Torgler, opuseram Dmitrov.

O SEGREDO DE DMITROV

Como e por que Dmitrov venceu? Como, apesar do es-
trito isolamento em que estava confinado, apesar das peças
que se lhe pregavam, como e por que esforço exemplar de co-
ragem, de energia, de dominio de si, de inteligencia, de genio
intuitivo e dedutivo, o heroi da defesa ofensiva pôde decidir
a sorte de semelhante batalha, merecer tal vitoria, contribuir de
maneira decisiva para a conquista de tais triunfos?

E' esse "segredo" de Dmitrov, é esse "milagre" de Leip-
zig que o proprio Dmitrov, o Dmitrov da historia, ainda maior
do que o Dmitrov da legenda, nô-lo vai explicar.

Não se deve crer que a luta tenha começado a 21 de se-
tembre de 1933, no momento preciso em que se abriram os
debates publicos perante o Tribunal do Imperio.

Esses debates foram precedidos de sete meses de inquerito
policial e judiciario *secreto*. Que saberiamos desses primeiros
combates, dessa preparação estratégica, se Dmitrov vencedor
não tivesse sido liberto?

Mas se, hoje, estamos em condições de analisar, parte por
parte, as fases principais do inquerito, isso se deve a que
Dmitrov soube conservar, tirando proveito da confusão dos ven-
cidos, parte importante de suas cartas, de suas memorias, de
suas notas (138).

Para bem seguir a linha de Dmitrov, é mister recordar
claramente os objetivos visados pelo inimigo, ao montar, depois
da provocação do incendio, a provocação do processo.

Esses objetivos, o proprio Dmitrov os enumera num ar-
tigo publicado pelo *Pravda* de 4 de março de 1934 e reproduz,
à guisa de prefacio, na edição de suas *Cartas, notas e documen-
tos*:

(138) A êsse respeito, também, Dmitrov mostrou-se fiel à
tradição de Marx e de Engels. Engels, com efeito, desde o início
do processo de Colônia, escrevia a Marx: "E' mister, antes de mais
nada, conservar as cópias exatas de todos os documentos... com to-
das as assinaturas que os identificam: êsses materiais constituirão
uma brilhante série de peças justificáveis."

Em primeiro lugar: desculpar os provocadores.

Em segundo lugar:

“Justificar o terror selvagem e as monstruosas perseguições contra o proletariado revolucionário; legitimar perante a opinião pública a destruição barbara de enormes valores culturais, a cruzada contra a ciencia, o aniquilamento impiedoso do liberalismo burguês de esquerda, os *pogrooms* de massas, os assassinios, etc.” (139).

Em terceiro lugar:

“Alimentar uma nova campanha anti-comunista. O processo deveria servir de base para um novo processo monstro contra o Partido Comunista Alemão (140)”.

Em quarto lugar:

“O processo deveria fornecer a prova de que o governo fascista combatia, “vitoriosamente” o comunismo mundial e tinha salvo a tempo a Europa capitalista do perigo comunista. As cabeças dos quatro acusados deveriam constituir a moeda de sinal que os fascistas empregariam em suas próximas negociações com os países capitalistas; estes, em compensação pelos “meritos historicos” de Hitler, dar-lhe-iam concessões na questão da igualdade dos armamentos, etc. (141)”.

Mas, quando Dmitrov foi preso, dez dias depois do incendio do Reichstag, que sabia?

Desde a origem, disse-me ele, uma triplice verdade impôs-se-lhe com evidencia:

1. Tratava-se de uma provocação governamental.
2. Os nazis é que tinham incendiado o Reichstag (*).

(139) G. Dmitrov: *Cartas, notas e documentos da época de minha detenção e do processo de Leipzig*, ps. 9-10, E.S.I., 1936.

(140) *Idem*, p. 10.

(141) *Idem*, p. 10.

(*) Goering acaba de confessá-lo, em pleno Tribunal de Nuremberg: os incendiários do Reichstag foram realmente os nazistas. Finalidade: eliminação do Partido Comunista Alemão. (Nota dos Editores, janeiro de 1946.)

3. Nunca se cogitaria, no decorrer do processo, de buscar os verdadeiros incendiarios; era mister que os culpados fossem inimigos do regime, isto é, comunistas.

Partindo desses dados, estabelece as primeiras diretrizes do seu plano de ação, que consiste em repelir *politicamente* a incriminação de incendio.

Demonstrar que os comunistas não podiam ser os incendiarios, que esse ato só poderia ter sido levado a cabo por provocadores ou por loucos, que o incendio do Reichstag era um atentado contra a classe operaria alemã e seu Partido Comunista, dessas verdades politicas evidentes é que Dmitrov vai tirar a prova de sua inocencia:

“A consequencia efetiva e lógica é que eu, pessoalmente, como comunista e, particularmente, como comunista bulgaro dirigente, não podia ter nada que ver com o incendio e efetivamente nada tinha com ele”.

Só a esse titulo, completamente accessorio, subsidiario, é que Dmitrov consentirá em desculpar-se, pelo que os juristas chamam “meio de fato”. Esse meio de fato era decisivo, uma vez que demonstrava que, durante a noite do incendio, Dmitrov não estava em Berlim e só soubera do acontecimento na manhã de 28, no trem de Munich.

— “Declarei”, disse-me Dmitrov, “que essa questão, tal como as outras, só tinha para mim significação de segunda ordem. Meu alibi verdadeiro era o fato de, como comunista responsavel, não poder ser o incendiário do Reichstag. Mas, se fosse necessario, por motivos juridicos, esclarecer esse ponto, eu seria capaz de provar que, naquele dia, estava, não em Berlim, mas em Munich, onde tinha encontro com um amigo bulgaro. Por motivos facéis de compreender, recusei dar qualquer informação sobre o objeto de nossa entrevista e sobre meu amigo. Mas, para o caso de que o fato revestisse qualquer importancia no inquerito, propús perguntar para Munich se não estivera lá nessa data e se não me tinha alojado no hotel Roter Hahn sob o nome de Dr. Hediger”.

Assim, por mais peremptorio que fosse esse meio, esse alibi, que devia *juridicamente* bastar para que fosse dispensado qual-

quer outro esforço de defesa e com o qual Torgler se teria contentado, Dmitrov só o empregou com reserva. De modo algum aparenta menosprezá-lo. Relega-o porém a segundo plano, para demonstrar perfeitamente que a única prova decisiva, o único alibi decisivo válido aos olhos de um militante, aos olhos de um chefe bolchevique é a prova ou o alibi político e a única defesa que merece um papel objetivo é a defesa política.

A política é o fim: que o jurídico não ultrapasse sua função de meio.

Deve-se dizer que seja justo menosprezar esse meio? Longe disso. Política e jurídico não se excluem. Não se deve dizer que seja político ignorar o direito.

Em varias ocasiões Dmitrov lembrou-se com insistencia de que: "para uma boa defesa politica, é mister bem conhecer e utilizar a lei. E' mister prestar atenção, paragrafo por paragrafo", sempre, porém, do ponto de vista politico e não da defesa pessoal.

Noutros termos, quando o militante está em presença de uma acusação concreta, deve refutá-la *com fatos concretos*, porém, "jamais, sem perder de vista o objeto politico da defesa".

Tal a idéia diretriz que dominará toda a defesa de Dmitrov desde o primeiro inquerito policial até o encerramento dos debates.

FRENTE À POLICIA HITLERIANA

Como responde ele aos interrogatorios policiais?

Está encarcerado na prisão da prefeitura (*Polizeipresidium*), isolado, privado de qualquer informação precisa sobre as intenções adversas, sobre o uso que a policia espera fazer de declarações tomadas sem testemunhas, sem garantias de direito. O arsenal jurídico ainda não lhe é familiar. Seu primeiro cuidado é "não fornecer armas ao inimigo".

Recusa, por princípio, assinar qualquer ata de interrogatorio que os policiais encarregados do inquerito redigiram, tomando por base suas declarações verbais.

Redige pessoalmente uma declaração: escreve em língua bulgara, porque, embora domine a língua alemã, nem por isso esta é sua língua materna e a maneja com menos desembaraço.

Nessa declaração, resume tudo o que acha necessario dizer, nada menos, nada mais.

Relêde essa declaração, datada de 20 de março: já aplica todos os princípios da auto-defesa politica; espôsa a linha que, desde o dia de sua prisão, Dmitrov traçou para si mesmo e da qual nunca se desviou.

A primazia do alibi politico sobre o alibi pessoal. O tou frisante com que fala do ponto de vista doutrinario do Partido relativamente a atos de terror (catedral de Sofia, Reichstag). O protesto indignado contra qualquer acusação, qualquer suspeita, contra seu encarceramento e contra as primeiras arbitrariedades (confisco do seu dinheiro, privação de assistência jurídica). A reserva oposta quanto ao valor da busca realizada em sua casa em sua ausencia, a defesa preventiva contra qualquer uso de falsidade.

Sobretudo, porém, nem uma palavra a mais. Dmitrov não fala de sua atividade passada. De sua atividade passada, Dmitrov não fala senão do que pode ser sabido sem nenhum prejuizo para a causa a que essa atividade serviu, serve, e para as organizações a que serve.

Voltamos a encontrar, aqui, essa segunda regra diretriz que apontamos, na carta de Lénin, esse segundo *leit-motiv* de qualquer auto-defesa politica: a *discreção*. Nunca informar o inimigo sobre sua atividade, sobre a vida interna da organização.

— “Partindo de tal ponto de vista (142), disse-me Dmitrov, era-me facil explicar que tudo o que concernia a minha atividade comunista ilegal, tudo o que concernia ao Partido bulgare, um partido ilegal, não poderia constituir objeto de interrogatório policial. Recusei qualquer resposta a tais perguntas”.

(142) Isto é, que bastaria demonstrar que um comunista nada poderia ter de comum com uma provocação dirigida contra sua classe e contra seu partido.

Além do mais, nem a policia, nem o juiz, nem o Tribunal do Imperio conseguiram encontrar a chave dos endereços e dos numeros de telefone cifrados que tinham sido encontrados em sua casa: Dmitrov tomara suas precauções.

— “Todos os esforços empregados, disse-me ele, “para encontrar uma explicação dos endereços cifrados e dos numeros de telefone que haviam sido encontrados comigo, permaneceram, naturalmente, vãos para a policia e para o juiz e, já que os endereços estavam verdadeiramente disfarçados, tudo permaneceu ininteligível e desconhecido para a policia e para o tribunal”.

Da mesma ordem foi a preocupação que inspirou Dmitrov a sua tentativa inicial de conseguir que fossem postos fora de causa seus co-inculpados bulgaros, Tanev e Popov.

A esse proposito, eis detalhes pouco conhecidos que ele consentiu em revelar-me:

— “No que concerne a Popov e Tanev, que tinham sido presos ao mesmo tempo que eu, a principio tivera a intenção de negar as relações estreitas que nos uniam, dizendo que nos tínhamos encontrado por acaso (tal como o tínhamos combinado superficialmente quando de nossa prisão), que não nos conhecíamos anteriormente e que esses dois bulgaros deviam voltar à Bulgaria. Minha intenção era fazê-los passar por “inofensivos” aos olhos da policia e obter assim, eventualmente, sua libertação. Supunha que eu, comunista conhecido e dirigente (a policia tivera conhecimento disso entrementes), seria, em todo o caso, retido e poderia ser implicado no incendio do Reichstag. No mês de maio, durante o inquerito, o juiz declarou, certo dia, que, em vista disso, toda a questão era perfeitamente clara para ele: eu proprio tinha organizado tudo e feito realizar o incendio por meus homens, Popov e Tanev. Popov tinha recebido a tarefa de atear fogo na sala e Tanev devia colaborar com Van der Lubbe, enquanto que eu tinha partido intencionalmente para Munich, afim de assegurar um alibi. Compreendi, então, que minhas declarações relativas aos dois bulgaros em nada facilitavam sua situação, mas, ao contrario, a agravavam. Declarei, pois, que eram meus camaradas de Partido,